

ADRIANA FREISLEBEN DE ZANETTI
ALEXANDRE REIS DE CARVALHO
GERALDO HABIB DE CARVALHO
MARCELO HONORATO
ROBERT CRAIG BURTON

LEI DO ABATE

CONCEPÇÃO, TEORIA E PRÁTICA

Prefácio:
Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira,
Ministro do STM

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024

Sumário

Capítulo 1 – Medida de Destruição de Aeronaves Civis: Histórico e Cenários Atuais no Direito Comparado1

Adriana Freisleben de Zanetti

1. Crimes transnacionais fronteiriços5
2. Crimes de terrorismo mediante o apoderamento ilícito de aeronaves13
 - 2.1 Alemanha 14
 - 2.2 Polônia 18
3. Controvérsias acerca do tema e protocolo de Pequim19
4. Hipóteses previstas no ordenamento jurídico brasileiro21
5. Síntese conclusiva..... 28

Capítulo 2 – Da Sirene ao Abate: Hipóteses de Aplicação da Lei 9.614/9831

Geraldo Habib de Carvalho

1. Introdução31
2. Da promulgação à regulamentação. Um hiato normativo..... 34
 - 2.1 O caso ZP-TOC37
3. Objetivos da lei 9.614, de 5 de março de 1998 40
4. Os procedimentos previstos em lei e seus regulamentos 42
 - 4.1 Questões terminológicas..... 42
 - 4.2 Hipóteses de abate 43
 - 4.2.1 Decreto 5.144 de 2004 e suas nuances55

4.3 Espécies de medidas de policiamento.....	60
4.3.1 Medidas coercitivas de averiguação.....	61
4.3.2 Medidas coercitivas de intervenção.....	62
4.3.3 Medidas coercitivas de persuasão.....	64
4.3.4 Medida “autoexecutória” de “destruição”: condições impostas.....	65
5. Pena de morte?	68
6. Considerações finais.....	70

**Capítulo 3 - Lei 9.614/98: Um Sopesamento à Luz dos
Direitos Fundamentais Envolvidos73**

Geraldo Habib de Carvalho

1. Introdução.....	73
2. Conceito de normas: pilar jurídico da ordem social.....	79
3. Normas regra e normas princípio. Dworking, Alexy e a lei do abate.....	80
4. Direitos fundamentais: restrições e teorias correlatas.....	84
4.1 dos direitos fundamentais: a influência do neoconstitucionalismo e do pós-positivismo na análise da lei 9.614, de 5 de março de 1998	84
4.2 A teoria dos quatro status de <i>jellinek</i> e a lei 9.614, de 5 de março de 1998.....	87
4.3 Restrições dos direitos fundamentais: possibilidades e teorias.....	90
5. Direitos fundamentais relacionados à aplicação da lei 9.614, de 5 de março de 1998.....	91
5.1 Direito à segurança pública.....	92
5.2 Presunção de inocência.....	93
5.3 Direito à vida.....	95
5.4 Devido processo legal	96

6. Colisão de direitos fundamentais: proporcionalidade e a lei do abate	98
6.1 Entendendo o princípio da proporcionalidade.....	99
6.2 A proporcionalidade das medidas coercitivas previstas na lei 9.614, de 5 de março de 1998	101
6.2.1 Subprincípio da Adequação.....	103
6.2.2 Subprincípio da Necessidade.....	105
6.2.3 Subprincípio da Proporcionalidade em Sentido Estrito...	111
7. Considerações finais	115

**Capítulo 4 - As interfaces entre a Lei do
Abate e o Protocolo de Montreal de 1984..... 117**

Marcelo Honorato

1. Introdução.....	117
2. O Protocolo de Montreal de 1984.....	118
3. Tratados Internacionais: aspectos formais e materiais	125
3.1 Procedimentos de formalização e vigência dos Tratados	125
3.2 Valor normativo dos Tratados no Brasil	127
4. O Protocolo de Montreal de 1984 e a Lei 9.614/1998	130
4.1 Efeitos do Protocolo de Montreal de 1984 em âmbito internacional e interno	130
4.2 Interação entre o Protocolo de Montreal de 1984 e a Lei 9.614/1998	132
5. Operações de Defesa Aérea no Brasil e o Protocolo de Montreal de 1984	133
5.1 Uso de armas contra aeronaves civis em voo suspeitas de tráfico de drogas	133

5.2	Uso de armas contra aeronaves civis em voo suspeitas ou hostis durante eventos de grande magnitude	135
5.3	Uso de armas contra aeronaves civis em voo suspeitas de ilícito durante estado de emergência Yanomami	137
6.	Conclusão.....	140
Capítulo 5 - Responsabilidade dos Pilotos de Caça e Agentes Públicos em Cumprimento à Lei do Abate		143
<i>Marcelo Honorato</i>		
1.	Introdução.....	143
2.	Responsabilidade Criminal	144
2.1	Lei penal aplicável.....	144
2.2	Tipos penais aplicáveis.....	147
2.2.1	Tipos penais em medidas coercitivas diferentes da medida de destruição.....	148
2.2.2	Tipos penais em medidas de destruição.....	152
2.2.3	Tipos penais em erros de execução das medidas de policiamento aéreo.....	158
2.2.3.1	Colisão (ou quase-colisão) entre a aeronave militar e a aeronave civil interceptada.....	160
2.2.3.2	Deflagração de tiro acidental pela aeronave interceptadora	162
2.3	Excludentes de antijuricidade e culpabilidade	165
2.3.1	Estrito cumprimento de dever legal	165
2.3.2	Legítima Defesa.....	170
2.3.3	Obediência hierárquica.....	172
2.4	Direito Internacional Penal e o uso de armas contra aeronaves civis em voo	177

3. Responsabilidade Civil.....	182
3.1 Responsabilidade civil da União.....	183
3.2 Responsabilidade civil do piloto de caça e agentes públicos.....	188
4. Responsabilidade administrativa	191
5. Conclusão.....	193

Capítulo 6 – Ações de Policiamento Aéreo:

Aspectos Jurisdicionais, Criminais e Investigatórios195

Alexandre Reis de Carvalho

1. Introdução	195
2. Jurisdição, competência e crime militar.....	196
2.1. Competência material e o crime militar.....	199
2.2. Competência criminal no caso de morte de ocupantes da aeronave interceptada.....	201
3. Competência e atribuição das instituições do Sistema de Justiça Militar.....	204
3.1. Critério para definir o juízo da Justiça Militar da União competente para conhecer dos fatos e feitos decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo.....	207
3.2. Critérios para definir o órgão do Ministério Público Militar com atribuição para conhecer dos fatos e feitos decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo	209
3.3. Autoridades e atribuições da polícia judiciária militar para apurar os resultados fático-jurídicos (de natureza criminal) decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo.....	211
4. Práxis, elementos normativos e exegéticos na atuação finalística do Ministério Público Militar	216

4.1. Elementos analíticos dos crimes de natureza militar decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo	219
4.2. A (des)obrigatoriedade da instauração de IPM e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público Militar	223
5. A constitucionalidade e legalidade das ações de policiamento do espaço aéreo e a análise do estrito cumprimento do dever legal pelo Ministério Público Militar	226
5.1. Análise da excludente do estrito cumprimento do dever legal pelo Ministério Público Militar: fundamentos de segurança jurídica para a sociedade e para o Sistema de Defesa Aeroespacial brasileiro	231
6. Síntese conclusiva.....	237

Apêndice - O Uso de Força Letal Contra Aeronaves Civis nos Estados Unidos da América239

R. Craig Burton

Quem tem autoridade para abater uma aeronave civil de acordo com as leis dos Estados Unidos da América?	241
Além da lei interna dos Estados Unidos, os Estados Unidos consideram que a lei internacional permite o uso da força contra uma aeronave civil em 11 de setembro ou em uma situação semelhante?	242
É lícito abater aeronaves suspeitas de tráfico de drogas sobre o território dos Estados Unidos?	246
Assistência dos Estados Unidos a países que possuem uma lei de “soberania aérea” que permite o uso de força letal contra aeronaves civis suspeitas de tráfico de drogas	250
Conclusão	253
Referências.....	257